

**O olhar viajante ‘em busca do desconhecido’:  
a ação mediadora de Leolinda Daltro**

PAULETE MARIA CUNHA DOS SANTOS\*

Um ‘álbum’ que virou livro. *Da catechese dos índios no Brasil. Notícias e documentos para a História (1896-1911)*,<sup>1</sup> é um exercício de *codificação* - prática de rememoração – que nos deixou Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935). Nascida na Bahia e falecida no Rio de Janeiro.<sup>2</sup> Migrou para a então capital federal ainda no apagar das luzes do Império para trabalhar como professora, provavelmente para prover sua extensa família de cinco filhos, aos quais dedica seu livro. Quem é essa mulher? Heroizada e santificada em sua ‘missão’ de catequista, outras vezes, apontada como anti-Cristo.

A multiplicidade da atuação de Leolinda e sua articulação com uma extensa rede de relações é um fio condutor para o historiador, mas ainda nos parece um fio pêndulo. Seria mais fácil se tivéssemos um fio emaranhado ao nosso alcance, porque poderíamos com os procedimentos de investigação tentar compor um tecido social. Por isso, nos sentimos tentados a aceitar um convite de Giovanni Levi, em uma entrevista a Darío Barriera, pois supõe que o relevo do papel do historiador está em tornar-se protagonista da investigação, tanto como da realidade investigada (1999: 2). Seguindo sua orientação, talvez possamos encontrar uma possibilidade, entre tantas – investigar a realidade social com um duplo *olhar* – o que significa *olhar* um ponto específico (mas tratando dos problemas gerais) com a especificidade de um *olhar* (ou de um ponto de vista).

---

\* Doutoranda do PPG de História na Unisinos, e professora na Congregação do curso de História da Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Porto Nacional. Bolsista Fundo Pe. Milton Valente.

<sup>1</sup> Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. Faz-se necessário avisar ao leitor que optamos por preservar a ortografia do documento. Também utilizaremos aspas “ nas expressões transcritas do livro como ‘álbum’, ‘missão’, dentre outras.

<sup>2</sup> Uma biografia extensa é realizada por Elaine Pereira Rocha e apresentada como tese de doutoramento em História Social na USP (2002). De acordo com sua pesquisa, Leolinda nasceu em 1859 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1935, em consequência de um atropelamento em uma das principais ruas da capital.

Chegamos a outro ponto ou outro nó? Não, pois estamos tratando de uma rede social peculiar, e sua principal artífice ainda mantém o fio suspenso. É o olhar que faz a história? Então vamos praticar a acuidade com excelência e nos ocuparmos do corpus documental que constitui a escrita de Leolinda. Se unidas protagonizarmos, quem sabe em alguma cena ou em algum ato o fio pendente possa ser alcançado no teatro de sua memória.

### **Seu ‘álbum’, companheiro inseparável**

Michelle Perrot nos fala sobre a irrupção da presença e da fala femininas como uma novidade do século 19. Ocorreu também a distinção entre as esferas pública e privada. Não que significasse uma divisão dos sexos, entretanto, o mundo econômico e político é prioritariamente destinado ao homem (2005: 9; 34-35). Essa referência parece nos dar sentido ao espaço e ao tempo em que Leolinda se manifestou publicamente. Impôs de certa forma sua presença, sua fala e sua escrita, em suma, dissipou o silêncio e imprimiu inquietude, o que certamente provocou um claro desconforto de alguns representantes da elite fluminense comprovado, sobretudo através da imprensa<sup>3</sup>. Nesse momento, não optamos por uma história das mulheres, enquanto proposta metodológica para dar conta de nosso objeto. Contudo, entendemos que as experiências e as formas de registro da memória de Leolinda estão conectadas à sua condição e ao seu lugar na família e na sociedade. (*Ibid.*: 39-40)

No seu ‘álbum’<sup>4</sup>, companheiro inseparável, cada documento reunido nos oferece um micro universo de sua atuação. Embora a sua escrita mais densa apareça no prólogo como ‘Explicação necessária’<sup>5</sup> (p. i-xxvi), seu pensamento e comportamento são apontados no relato de cada um dos personagens (incluindo instituições) que compõe a

---

<sup>3</sup> Entenda-se aqui o sentido de imprensa na medida em que o livro apresenta as matérias jornalísticas colecionadas por Leolinda nos principais periódicos da capital federal, São Paulo capital, Minas Gerais e Goiás. O que atesta a sua circulação na imprensa por mais de uma década (1896 – 1911).

<sup>4</sup> Leolinda assim o definiu: ‘álbum’, porque nele contém os registros de inúmeros testemunhos pelos lugares onde passava, desde sua saída definitiva de São Paulo capital (1897), passando por Uberaba-MG, e a acompanhou em sua ‘missão’ entre os ‘selvicolas’ nos sertões do norte de Goiás e Mato-Grosso até o seu retorno à capital federal (1900).

<sup>5</sup> Com um olhar mais cuidadoso sobre livro constatamos que Leolinda apresenta um Programa e uma Moção no 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909); cartas abertas ao público (1902; 1908); as Atas da Associação de Protecção e Auxílio aos Selvicolas do Brasil; entrevista para dois jornais, *Correio da Manhã* (1906) e *O Paiz* (1909), dentre outras *expressões*.

ampla rede. O que significa na microanálise investigar a rede das relações em que o indivíduo se articula em uma determinada sociedade<sup>6</sup>.

Já nas primeiras páginas encontramos “Quando me dispuz a seguir para as aldeias [...]” (p. v) O que significa para Leolinda? Qual a imagem que uma mulher cidadina tem das aldeias no longínquo território entre os rios Araguaia e Tocantins? De que maneira se constituiu a sua ação inédita e independente do Estado e da Igreja, enquanto proposta de uma educação indígena laica? Como ela se dirige aos índios? Como eles a ela se referem? Qual a importância de sua ‘missão’, já que se arriscou por um ideal de catequista? São estas e outras inquietações que tentaremos apresentar ao longo de nossa explanação, entretanto, menos com a intenção de elucidá-las definitivamente do que provocar ideias e comentários.

Era a época de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, que confirmava a face elitista da República oligárquica. Leolinda, de acordo com a sua “natureza”, exercia o magistério como professora municipal da Primeira Escola do sexo masculino da Barra da Gávea. Enquanto isso, nos jornais da capital circulava notícias dos recém chegados visitantes da civilização, os ‘Cherentes’<sup>7</sup>, o calendário marcava julho de 1896. *O Paiz* publica<sup>8</sup>, dentre inúmeras matérias, uma intitulada “Capitão Sepé”, chefe dos Xerente, vindo da aldeia Providência, à margem do Tocantins, nos sertões [do norte] de Goiás. Joaquim Sepé Brasil obviamente não veio só. Estava acompanhado por mais quatro da ‘tribú’: Cumen-nancé (Bernardo), Debaqueró (Domingos), Decapsicuá (Marcellino) Dabanharim<sup>9</sup> (Sebastião). A viagem, que durara quase seis meses, de acordo com as declarações de Sepé tinha como principal objetivo reivindicar junto ao

<sup>6</sup> Consultar o método da microanálise em: LEVI (1992) e GINZBURG (1989).

<sup>7</sup> Etnia Xerente do grupo Jê, que vive hoje (em área demarcada) às margens do Tocantins e do Sono, no município de Tocantínia (anteriormente S. Sebastião de Piabanhas), atual Estado do Tocantins. Sobre os Xerente e outros povos indígenas no Brasil central, consultar na historiografia do Tocantins GIRALDIN (2002). Para uma política indigenista em Goiás nos séculos 18 e 19 ver: KARASCH ([1992] 2003) e CARNEIRO DA CUNHA ([1992] 2003).

<sup>8</sup> Dentre os documentos que compõem o livro de Leolinda, há dezenas de cartas, atas, abaixo-assinados, atestados, jornais do RJ, SP, MG, MA e GO e fotos. Por ora, em fase inicial de pesquisa, iremos transcrever as matérias dos jornais como elas aí se apresentam. Contudo, GAGLIARDI (1989) recolheu matérias na coleção de jornais, a exemplo de *O Paiz* e *O Dia*, que conferem com àquelas apresentadas por Leolinda em *Da Catechese dos...*

<sup>9</sup> Dabanharim aparece somente nessa matéria. Nas seguintes encontramos Dansan-equequá. Provavelmente refere-se à mesma pessoa. Os nomes entre parênteses são os denominados “cristãos”, que recebiam os indígenas aldeados após o batismo. O povo Xerente mantém seu próprio ritual de nomeação, a exemplo de outras etnias do grupo Jê, como Krahô e Apinajé, que também preservam tal tradição.

presidente da República demandas de terras e educação<sup>10</sup>. “Eu faço o que posso... vou buscar bugre no matto, com geito trago elle para o aldeamento, trato elle bem, elle depois vae contar a outros e outros vêm. Mas eu não sei nada, não sei escrever, não posso ensinar os pequenos que vão nascendo, me dóe o coração de ver tanta gente sem ser aproveitada!” (DALTRO, 1920: 2)

Os conteúdos das matérias registrados nas páginas iniciais do livro imprimem surpresa, admiração, e também o alarme da imprensa fluminense com a chegada do grupo Xerente (: 1-27). Um dos jornalistas de *O Paiz* pede perdão a Sepé por estar alojado no chão do corredor lúgubre e fétido de uma ‘enxovia’ junto ao depósito dos presos até que se rebelaram e evadiram, certamente por longa prática de estratégias no contato com colonos e missionários em Goiás. Enfim, após inúmeras turbulências foram acolhidos pela ‘intrépida mocidade’ da Escola Militar com direito a passeio de botes e o encontro com as águas salgadas. Imaginemos o ridículo em que foram expostos por um dos delegados de polícia que vestiu Sepé em fraque e cartola e o levou até o teatro Recreio Dramático. Indignados com a maneira desprezível com que estavam sendo tratados os ‘pobres e ingênuos silvícolas’, os jornalistas solidários à situação, que já se arrastava por longos dias, cobravam uma posição do Chefe de Polícia da capital Dr. André Cavalcanti [d’Albuquerque]. A tudo que solicitavam tinham como resposta o “amanhã”, desde roupas limpas até a audiência com o chefe [Presidente] do Brasil, que foi finalmente realizada somente após quase trinta dias, entretanto, sem atender às suas esperanças.

Chama-nos a atenção, a descrição do *modus vivendi* e o entusiasmo com o relato de Sepé sobre a sua prodigiosa aldeia, ‘um lugar invejável de fazer crescer água à boca’, onde estão todos dedicados ao trabalho da lavoura e a criação de aves e porcos. Não se tem notícia de um assassinato, furto ou infidelidade conjugal [sic!] <sup>11</sup>. Mais instigante é

---

<sup>10</sup> Tudo indica que essas demandas já eram solicitadas há quase três décadas, ainda, a época do imperador D. Pedro II. O líder Sliemtoi [Xerente], em 1868, também teria se deslocado até a capital para fazer idêntica reivindicação (Maybury-Lewis apud OLIVEIRA-REIS, 2001: 29). Leolinda registra que a vinda do líder à capital coincide com o mesmo ano em que o Imperador enviou o capuchinho italiano Frei Antonio de Ganges para realizar a catequese dos índios Xerente (DALTRO, 1920: 366).

<sup>11</sup> NAXARA (2004) ao revisitar o século 19 mostra um Brasil representado, então, no embate entre natureza e civilização. Fronteira a desbravar pelo ato de civilizar, tanto econômica, explorando suas riquezas, como culturalmente, cristianizando e inserindo seu povo e sua história no quadro de valores da cultura ocidental.

a noção do corpo e do caráter imprimidos na linguagem<sup>12</sup>, que segue descrevendo os aspectos, alegre, vivo e inteligente de Cumen-nancé. Enquanto Dansan-equequá hercúleo, altivo, moço forte, tipo guerreiro de arco e flecha. Por sua vez, Debaqueró, é descrito como um rapaz vigoroso e de fisionomia inteligente. Já Decapsicuá, de olhos pequeninos e remelosos, era velho na idade, porém de músculos rígidos, forte de ânimo e tirava repetida fumaça de um cachimbo rústico [de bambu]. Capitão Sepé, sempre bem disposto, de fino trato, fala regularmente português. Eis um legítimo ‘elemento da catequese’! Por fim, *O Paiz*<sup>13</sup> demonstra com certo orgulho a exposição em seu salão de uma fotografia onde está o chefe da ‘tribu’ e os seus companheiros de jornada.

Leolinda, certamente uma leitora assídua dos jornais, sensibilizada com a situação do grupo Xerente e, especialmente, identificada com a ‘missão’ de educar decidiu acompanhá-los no retorno aos sertões. Sem dúvida dividida por uma grande turbulência entre os que a apoiavam ou a censuravam. Uma professora catedrática da sociedade carioca poderia se envolver com “problema de índio”? Da *Gazeta de Noticias* (25/07/1896), “Abnegação”:

*Disposta a seguir para o sertão de Goyaz para levar luz aos pobres Cherentes, não trepida deante dos meios nem dos incommodos inerentes a semelhante sacrificio, só vê deante de si uma obra meritoria e patriotica. [...] Ninguem melhor do que uma senhora estaria no caso de desempenhar-se dessa missão civilisadora, e quanto a nós só temos palavras de entusiasmo para exaltar á abnegação e patriotismo dessa brasileira que se destacou dos moldes communs. (DALTRO: op. cit.: 21-22)*

### **Cumpriu seu ‘desideratum’?**

Sobre as experiências da memória feminina, pode-se acolher “na medida em que as práticas socioculturais em ação na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento do relato – estão imbricadas com as relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produtos de uma história.”

---

<sup>12</sup> Uma *hermenêutica do outro*. Ou seja, uma vez mais extrai efeitos de sentido da relação com o outro. Seguindo esse entendimento, buscamos um ponto de intersecção entre história e etnologia na percepção de escrita e oralidade entendida por CERTEAU (1982).

<sup>13</sup> Quintino Antônio Ferreira de Souza, tido como um jornalista polêmico se tornaria conhecido como Quintino Bocaiúva, e foi diretor de *O Paiz* no período, que Leolinda estava preparando sua viagem (1896-97) para os sertões.

(PERROT, *op. cit.*: 43) Leolinda nos parece ter exercitado esta tripla operação da memória. A primeira, porque fez de seu ‘álbum’ de viagem uma arte cumulativa de comunicação escrita, pois nele contém o relato de testemunhos de pessoas ilustres e comuns na forma de cartas, os atestados de autoridades regionais (Goiás) e nacionais, os abaixo-assinados e até uma sumária contabilidade. A segunda, que diz sobre a rememoração, nesse caso pode indicar a justificativa de Leolinda em somente publicar o livro após vinte anos dos acontecimentos, ou seja, em 1920. O que indica uma prática de reinterpretação dos momentos mais significativos e, portanto, revividos por ela. Por fim, a terceira operação, sobre o ordenamento do relato, constatou que inexistia uma rígida sequência cronológica dos fatos, contudo, ela organiza o livro em duas partes, a primeira com o subtítulo *Noticias e documentos* refere-se ao contato inicial com o grupo Xerente até a viagem propriamente dita (1896-1900) e, a segunda parte, *A minha acção pelos autóchtones na Capital Federal* apresenta a sua obstinada luta de quase uma década (1908), circulando por várias instituições e congressos ‘de notabilidades’ com o objetivo de criar a Associação de Protecção e Auxilio aos Selvicolas do Brasil. Enfim, esta tripla operação dita de outro modo, certamente considera que este “documento-monumento” representaria um atestado final de sua ‘missão’ em educar os índios nos sertões de Goiás e Mato-Grosso. Vejamos:

*Por isso, tomei a deliberação de apressar a publicação, - primeiro, dos documentos que possúo e que como precusores do meu livro vão sem commentarios, sem notas explicativas, sem uma referencia siquer, adiando para mais tarde, se não me abandonarem as energias que ainda me restam, a narrativa dos factos a que taes documentos alludem e servem de ponto de apoio. [...] Se vier a fallecer antes de alcançar o meu desideratum, levarei pelo menos o consolo de haver, por documentos fidedignos, revelado o sufficiente para o Juizo da Historia. (DALTRO, *op. cit.*: xx)*

Pode-se retomar seu discurso citado referente aos documentos fidedignos, pois revelariam o suficiente para o ‘Juizo da Historia’. Leolinda desejava ser reconhecida publicamente e, certamente imprimir uma identidade, ‘catechista leiga’ ou ‘missionaria’. O receio da morte antes de cumprir seu ‘*desideratum*’, significa que o seu *desejo* maior seria finalizar a narrativa dos fatos, e por isso se entende, que pretendia tornar pública suas ‘Memorias’. Outra característica é sua permanente

preocupação com a lembrança e a memória que deixaria a seus filhos depois de morta, porque uma lembrança falsa ou a memória do ridículo poderia magoá-los. Ela confirma que um dos motivos que a impulsionou a publicar os documentos foi ‘por amor de seus filhos’, aos quais dedica na primeira página: Alcina, Alfredo, Oscar, Leobino e Aurea. Na segunda faz um pedido de perdão ao seu filho Alfredo, que por não conseguir dissuadi-la da viagem resolveu acompanhá-la ‘como bom filho’. Essa postura cruzada entre o individual e o plural talvez nos indique as tensões de Leolinda em seguir o “padrão” da maioria das mulheres de sua contemporaneidade e apresentar mudanças.

Leolinda declara que parte de suas ‘Memórias’ já se achavam escritas. Porém, não cabe a nós ao revisitar o documento prognosticar entre o verídico e o inventivo. Preferimos considerar outras proposições, como por exemplo, a que trata da possibilidade de um *arquivo pessoal*. Vamos tentar pensar juntos. Ela reuniu em seu álbum os relatos de viagem já mencionados, colecionou as matérias que circulavam nos periódicos, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo, a correspondência recebida de contatos de ordem pública, mas também de seus filhos e amigos (as). Mas uma impressão nos parece de maior relevo, ela imprimiu simultaneamente à sua *prática de arquivo à ação de mediadora*<sup>14</sup>, além de catequista ou “antropóloga” como já reconhecida<sup>15</sup>. De que maneira? Após seu retorno ao Rio de Janeiro continuou o registro de todos os seus passos na tentativa de criar uma associação de proteção aos ‘autóctones’ tornando-os ‘cidadãos úteis’. Apenas para nomear alguns, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1902); o Congresso Pan-Americano; e a União Cívica Brasileira (1906). Como se não bastasse, mesmo após concretizar a instalação da já referida Associação (1º/09/1908), fez o pedido de ser nomeada independente de remuneração para o cargo de ‘Missionaria Civilisadora dos Índios de Goyaz’ (1909). Recusado! Eis que surgiu uma derradeira tentativa, o 1º Congresso Brasileiro de Geografia (coincidentemente de 7 a 16/09/1909) e Leolinda apresentou um Programa

---

<sup>14</sup> Para compreendermos a atuação dos missionários, Paula Montero (2006) propõe uma teoria da mediação cultural, porque entende que são agentes mediadores da dimensão política dos processos de ressignificação da ‘tradição’ indígena e não indígena.

<sup>15</sup> CORRÊA (2003), em *Antropólogas & Antropologia* usa o termo antropólogas, porque os estudos antropológicos naquele período eram também identificados como os "estudos de sociedades indígenas", estando nessas características a identificação do trabalho das três personagens, que trata em sua obra, como antropólogas: Leolinda Daltro, Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres.

de ensino laico (o denominou ‘Memoria’) à Comissão de Etnografia. Também recusado. Não foi o suficiente. Prontamente ela redigiu uma Moção e, finalmente, obteve a aprovação do Programa (não a execução). Em todos os atos públicos da capital e lá estava D. Leolinda (como era citada) com os ‘seus índios’ (assim os mencionava).

Ao considerarmos os documentos selecionados e organizados por Leolinda como *arquivo pessoal* citamos Priscila Fraiz, pois faz a defesa que, no campo da arquivística moderna o arranjo de papéis privados leva em consideração seu caráter orgânico, perceptível pelo processo de acumulação, o que significa aplicar-lhes os mesmo princípios de proveniência e do respeito à ordem original de arquivos públicos. Sendo assim, uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal é característica dos documentos públicos, mas se alargarmos esse conceito, também se pode dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Nessa perspectiva, o olhar do usuário do arquivo – o pesquisador – que capta, daquele conjunto, as “provas” de que precisa para sua pesquisa. Portanto, “sendo o valor informativo o preponderante, a determinação do arranjo deve ter como horizonte a pesquisa histórica.” (1998: 3-7)

### **O olhar viajante – palavras finais**

As notícias do retorno de Leolinda à capital nos confirmam outra categoria, o *olhar* do viajante e a narrativa. Já na primeira página de sua ‘Explicação necessária’, ela se refere:

*[...] a incomparavel viagem; da grandeza e belleza do mais rico pedaço do Mundo – Goyaz! –; das immensas riquezas abandonadas e muitas ainda ignoradas e espalhadas sobre e sob o seu sólo, que, exploradas, fariam do Brazil o mais rico paiz da América; da sua prodigiosa fauna e flóra; do ineditismo da vida indigena com toda a sua simplicidade e encantos; [...]*  
(LEOLINDA, *op. cit.*: i)

Nesse momento, nos valemos aqui da história da alteridade e *o olhar* viajante na percepção de dois autores. O primeiro François Hartog (1999) quando considera a representação para si do outro – *o olhar* ocidental – de ver como os gregos da época clássica representaram para si os outros, os não-gregos. O segundo, Sérgio Cardoso (1988), porque as viagens lhe parecem uma ocasião privilegiada para intensificar o exercício cotidiano do *olhar* na busca de exploração da alteridade. O que pode ser traduzido na busca de um ponto de intersecção entre história (temporalidade) e etnologia (espacialidade). O que nos parece de fundamental importância para provocar interrogações sobre as especificidades do ofício do historiador e sua relação com o passado e o presente. O historiador viaja no tempo (e lugar) com o intuito de constituir seu objeto de estudo. Essa viagem tem um começo e um final, entretanto, é na travessia ao dialogar com seus personagens (e fontes), que pode ter a chance de encontrar consigo mesmo. É um momento de experiência da alteridade já delineada na própria identidade.

A atenção em sua viagem também aparece nos periódicos do Rio de Janeiro por ocasião de seu retorno. O *Jornal do Commercio* (13/12/1900) publica “A excursionista acaba de chegar, e sentimos não poder dar com toda a minuciosidade a narração que nos fez de sua temerária empresa”. Também *O Dia* (25/05/1901) apresenta uma matéria com uma chamada no mínimo inusitada “Em busca do desconhecido” e anuncia que “iniciará brevemente a publicação da aventurosa viagem da brasileira D. Leolinda Daltro, no cumprimento espontâneo de uma missão heroica e abnegada nestes tempos de indiferença tão egoísta que chega às vezes a parecer criminosa.” (DALTRO: *op. cit.*: 347; 361)

A par desse contexto, denominamos o arquivo privado de Leolinda enquanto uma – *codificação*<sup>16</sup> – o que já referimos, pois se situa para além de uma prática de rememoração, seleção, organização e reinterpretação do vivido. Ou seja, aqui retomamos o *duplo olhar* do historiador em dois sentidos convergentes. No primeiro, a nossa protagonista realizou uma viagem em busca do desconhecido – *o outro* – e, no segundo, porque se desejarmos protagonizar nessa investigação haverá certamente um duplo encontro: o da protagonista consigo mesmo ao buscar a alteridade e o nosso com

---

<sup>16</sup> Em nosso entendimento Leolinda fez o exercício de *codificação* - rememoração- ao selecionar, organizar e publicar os documentos e não uma compilação aleatória como propõe CORRÊA (2003).

o teatro de sua memória. Em uma palavra, na sua *codificação* está representado também um *duplo olhar*, o da civilização ocidental e o da tradição indígena.

### Referências Bibliográficas

BARRIERA, Darío. Crisis y resignificación de la microhistoria. Una entrevista a Giovanni Levi. *Prohistoria*, Rosario, Argentina, 1999. p. 1-4.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto. (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 347-360.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Política indigenista no século XIX”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1992] 2003. p. 133-154.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 211-242.

CORRÊA, Mariza. “Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro”. In: CORRÊA, M. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 107-139.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. p. 59-87.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GIRALDIN, Odair. “Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins”. In: GIRALDIN, O. (org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 109-135.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 31-39.

KARASCH, Mary. “Catequese e cativo, política indigenista em Goiás: 1780-1889”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1992] 2003. p. 397-412.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992. p. 133-161.

MONTERO, Paula. “Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural”. In: MONTERO, P. (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. p. 31-66.

NAXARA, Márcia Regina C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 2004. p. 9-80.

OLIVEIRA-REIS, Francisco C. *Aspectos do contato e formas socioculturais da sociedade Akwë-Xerente*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2001.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 9-26; p. 33-43.

ROCHA, Elaine P. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) - patriotismo, indigenismo e feminismo*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2002.